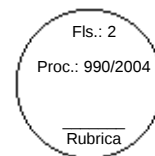




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



PROCESSO Nº 990/2004.

APENSO Nº 053.325.167/1980 – CBMDF.

ORIGEM: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

ASSUNTO: **Reforma.**

MONTANTE EM EXAME: **R\$ 169.643,32***

EMENTA: **Reforma** do Primeiro-Sargento BM da Reserva Remunerada **TUBIAS ALVES DE SOUZA ROSA**, matrícula nº 14.573-4, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço (14/30 avos do soldo de Primeiro-Sargento BM), a contar de 30.08.2001, nos termos do artigo 95, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 7.479/1986, de acordo com o ato publicado no DODF de 07.05.2002.

Diligência.

Parecer do Controle Interno pela legalidade da concessão (fls. 56/58 – apenso).

Senhor Diretor,

Trata o presente processo de **reforma** do Primeiro-Sargento BM da Reserva Remunerada **TUBIAS ALVES DE SOUZA ROSA**, matrícula nº 14.573-4, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço (14/30 avos do soldo de Primeiro-Sargento BM), por ter atingido, em 29.08.2001, a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada, nos termos mencionados na ementa.

2. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a presente concessão está sendo analisada à luz do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, no sentido de autorizar a 4ª ICE a simplificar os procedimentos relativos ao exame das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

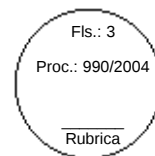
3. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Identificação: fl. 34 - apenso;
- Laudo da JIS: fl. 38 - apenso
- Ato concessório: fl. 47 - apenso;

* Montante calculado em 03.10.2008 de acordo com a Portaria TCDF nº 236/02.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 33 - apenso; e
- Abono provisório: fl. 50 - apenso.

4. Compulsando os autos, verifica-se que o ingresso do miliciano na PMDF se deu em 24.06.1968, onde permaneceu, como ativo, até ser transferido *ex officio* para a reserva remunerada, com fulcro no artigo 94, inciso VII¹, da Lei nº 6.022/1974, nos termos do *Decreto de 04 de julho de 1980* (fl. 19 – apenso). Não obstante o citado Decreto mencionar que a transferência para a reserva seria a contar de 29 de janeiro de 1980, data da agregação do militar, conforme Portaria de 31.01.1980, à fl. 06 – apenso, o tempo de agregação continua a ser considerado, para todos os efeitos, como em serviço ativo, consoante as disposições do artigo 78, § 1º, alínea “b”, e § 2º, da Lei nº 7.479/1986.

5. Cabe registrar que o militar em questão permaneceu na condição de aposentado como professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (ex-FEDF), de 09.09.1998 (data de publicação no DODF da Instrução de 04.09.1998, retificada pela Instrução de 29.09.1998, publicada no DODF de 1º.10.1998: fls. 22 e 26, respectivamente, do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999) até 17.12.2004 (data de publicação no DODF da Portaria nº 348, de 16.12.2004, que tornou sem efeito a Instrução de 04.09.1998, publicada no DODF de 09.09.1998, retificada pela Instrução de 29.09.1998, publicada no DODF de 1º.10.1998: fls. 83/84 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999).

6. Ressalte-se que ao apreciar os autos alusivos à aposentadoria (Processo TCDF nº 504/1999, que tramita conjuntamente com o presente processo), a nobre Conselheira MARLI VINHADELI, relatora do citado feito, determinou diligência preliminar, a fim de que a Secretaria de Estado de Educação esclarecesse, mediante informações que deveriam ser obtidas junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, se os períodos de tempo de serviço prestado pelo mencionado servidor à iniciativa privada e ao então Ministério da Guerra foram por ele utilizados para fins de sua inativação junto à Corporação.

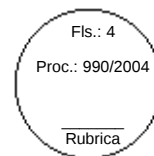
7. Como ficou provado que, para fins de sua aposentadoria, o interessado averbou, além do tempo de serviço prestado à iniciativa privada (1.763 dias: fls. 07 e 14 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo

¹Art. 94. A transferência para a reserva remunerada *ex officio*, verificar-se-á sempre que o bombeiro-militar incidir nos seguintes casos:

VII - ser empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



TCDF nº 504/1999), o tempo de serviço por ele prestado ao Ministério da Guerra, no período de 15.05.1962 a 22.03.1963, equivalentes a 308 dias (fls. 14 e 18 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999), tempo esse que já havia sido averbado para efeito de sua inativação junto ao CBMDF (fls. 23/24 e 33 – apenso), o citado ato de aposentadoria foi tornado sem efeito, tendo o servidor, por consequência, reassumido o seu cargo na Secretaria de Estado de Educação (fl. 90 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999).

8. Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos por militares, o egrégio Plenário, por meio da Decisão nº 5.440/2004, exarada no Processo nº 756/2004 (Estudos Especiais da CICE), firmou entendimento de que as acumulações permitidas no artigo 37, inciso XVI, não são aplicáveis aos integrantes do quadro de pessoal da PMDF e do CBMDF, e que tal proibição estende-se aos proventos da inatividade, consoante se transcreve a seguir:

Decisão TCDF nº 5.440/2004:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, que concorda em parte com o voto do Relator, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, decidiu:

(...)

II) firmar o seguinte entendimento, a partir da publicação desta decisão:

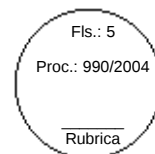
a) que as acumulações remuneradas de cargos públicos permitidas no art. 37, inciso XVI, não são aplicáveis aos integrantes do quadro de pessoal da PMDF e do CBMDF, em face do disposto no art. 42, § 1º, c/c o art. 142, § 3º, incisos II e VIII, todos da CF/1988; (Destaque nosso).

b) que a proibição de acumular estende-se aos proventos da inatividade, por força do art. 37, § 10, da CF/1988, com a redação dada pela EC nº 20/1998; c) que as únicas exceções possíveis são aquelas disciplinadas no art. 17, § 1º, do ADCT da CF/1988, no art. 11 da EC nº 20/98 e no item I do referido voto;

(...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



9. No que tange à possibilidade de se acumular proventos com vencimentos de cargo público, proventos com proventos de aposentadoria, reforma e pensões instituídas por um mesmo servidor, o TCDF, no intuito de dirimir as diversas dúvidas levantadas sobre a questão, determinou a realização de estudo, o qual foi objeto do Processo nº 1.398/2003, resultando na Decisão nº 728/2007, que firmou entendimento nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público e, em parte, a instrução, decidiu:

l) de acordo com o disposto na Constituição de 1.967, arts. 93, § 9º, e 99, "caput" e § 4º, com a redação dada pela EC nº 1/69; na Constituição de 1.988, arts. 37, inciso XVI, 42, §§ 3º e 4º, 95, parágrafo único, inciso I, e 128, § 5º, inciso II, alínea "d", na redação original, arts. 42, § 1º, e 142, § 3º, com a redação dada pela EC nº 18/98, art. 37, inciso XVI, com a redação dada pela EC nº 19/98, arts. 37, § 10, e 40, § 6º, com a redação dada pela EC nº 20/98, art. 37, inciso XVI, com a redação dada pela EC nº 34/01; e na EC nº 20/98, art. 11, que:

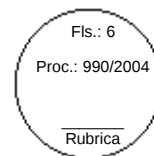
a) é vedada ao servidor público civil aposentado e ao militar da reserva remunerada ou reformado a acumulação de proventos e vencimentos, decorrente de cargos não acumuláveis na forma da Constituição Federal, ressalvada a situação do inativo, servidor público civil ou militar, que tenha ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20/98 (art. 11); (Destaque nosso).

a.1) na hipótese de acumulação de proventos de aposentadoria com vencimentos, em face da ressalva mencionada na alínea "a", ao servidor público civil que venha a implementar os requisitos para nova aposentadoria e aos beneficiários de pensão por ele instituída, será facultada a opção pelo benefício mais vantajoso;

a.2) na hipótese de acumulação de vencimentos com proventos de reserva remunerada ou reforma, em face da ressalva mencionada na alínea "a", não há a necessidade de o militar inativo, que venha a implementar os requisitos para aposentadoria em cargo civil diverso dos mencionados nos arts. 57 da Lei nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



7.289/84 e 58 da Lei nº 7.479/86 e aos beneficiários de pensão por ele instituída, fazer a opção pelo benefício mais vantajoso, desde que atendido o disposto no art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, tendo em vista julgado do Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 25.192-DF, e do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo nº 006.538/2003-Z; (Destaque nosso).

- b) *é vedada a acumulação de proventos com proventos por servidor público civil, somente admissível quando decorrente de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal;*
- c) *é vedada a acumulação de pensões civis instituídas por um mesmo servidor público, somente admissível quando decorrente de cargos acumuláveis na forma da Constituição;*
- d) *é vedada, em face do contido no art. 54 da MP nº 2.218/02, mantido pela Lei nº 10.486/02, a acumulação de duas pensões militares, ressalvadas aquelas concedidas com amparo na Lei nº 3.765/60, por força do disposto no art. 36, § 3º, inciso I, da Lei nº 10.486/02;*

(...)

10. Quanto à acumulação na atividade de cargos de natureza civil e militar, verifica-se que as Constituições Federais de 1946, de 1967 e de 1969 adotaram, como regra geral, a impossibilidade de o militar manter-se na ativa acumulando cargo público permanente.

Constituição de 1946:

Artigo 181

(...)

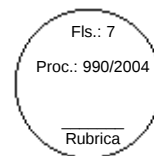
§ 3º O militar em atividade que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

Constituição de 1967:

Artigo 94



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



(...)

§ 3º O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

Constituição de 1967 (Redação da EC/01-69):

Artigo 93

(...)

§ 4º O militar da ativa empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

(...)

§ 9º A proibição de acumular proventos de inatividade não se aplicará aos militares da reserva e aos reformados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

11. A Constituição de 1988, na sua redação original (artigo 42, § 3º), também proibiu o exercício cumulativo na atividade de cargo civil e militar, dispondo que seria transferido para a reserva o militar que aceitasse cargo público civil permanente:

Constituição de 1988:

Artigo 42

(...)

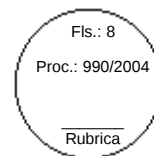
§ 3º O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.

(...)

§ 9º - A lei disporá sobre os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do servidor militar para a inatividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



12. A Emenda Constitucional nº 18/1998, ao alterar a redação do artigo 42 da Carta Magna, o qual passou a ser específico dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, definiu que se aplica a esses militares as disposições relativas às Forças Armadas contidas no artigo 142, §§ 2º e 3º, com redação dada por essa emenda. Os incisos II e III do referido § 3º do artigo 142 da CF mantiveram a proibição de cumular vencimentos civis com a remuneração de militar, e o inciso X desse normativo ratificou que compete à lei a incumbência de dispor sobre os direitos, deveres, transferência do militar para a inatividade, etc., pois assim estabeleceram:

Artigo 142

(...)

§ 3º

(...)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;

(...)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

13. A referida Emenda nº 18/1998, que acrescentou ao artigo 142 o § 3º, também estabeleceu no inciso VIII deste parágrafo que *aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, não citando, todavia, o inciso XVI do art. 37:*

Art. 37

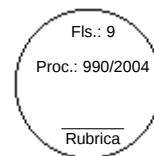
(...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

14. Vê-se assim, que tal dispositivo não se aplica aos militares, o que está em consonância com o disposto nos incisos II e III do artigo 142 retrocitados, que vedam aos milicianos o exercício de cargo público enquanto na atividade. Entendimento, esse, que, conforme mencionamos anteriormente, foi externado pela Colenda Corte, por meio da Decisão nº 5.440/2004, exarada no Processo nº 756/2004.

15. Nesse sentido, a Decisão supramencionada, com o adendo da Decisão nº 6.551/2005, exarada nos mesmos autos, estabeleceu que, para os militares, *a proibição de acumular estende-se aos proventos da inatividade, por força do art. 37, § 10, da CF/1988, com a redação dada pela EC nº 20/1998; e, que as únicas exceções possíveis são aquelas disciplinadas no art. 17, § 1º, do ADCT da CF/1988 (aqui incluídos médicos, dentistas, auxiliares e técnicos de enfermagem, etc.) e no art. 11 da EC nº 20/1998:*

Constituição Federal:

Artigo 37
(...)

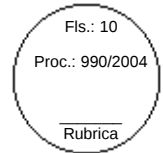
§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Destaque nosso).

ADCT:

Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



§ 1º - É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médico militar na administração pública direta ou indireta.

Emenda Constitucional nº 20/1998:

Art. 11 - A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo. (Destaque nosso).

16. Em sede infraconstitucional, a legislação própria dos policiais militares do Distrito Federal, espelhando os dispositivos constitucionais, sempre vedou as acumulações na atividade, prevendo a demissão do militar que tomar posse em cargo público permanente estranho à sua carreira ou, excepcionalmente, sua transferência para a reserva remunerada nos casos de posse em cargo de magistério, o que se harmoniza com o preconizado de que a carreira de bombeiro-militar se caracteriza por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, sendo ela incompatível com outra atividade profissional, conforme se verifica pelos dispositivos dos Estatutos dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal a seguir transcritos:

Lei nº 6.022/1974 (revogada pela Lei nº 7.479/1986):

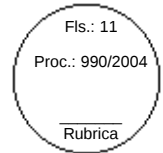
Art. 5º A carreira de bombeiro-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, denominada atividade de bombeiro-militar.

Art. 29. Ao bombeiro-militar da ativa, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

§ 1º Os integrantes da reserva remunerada, quando convocados, ficam proibidos de tratar, nas organizações de bombeiro-militares e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



nas repartições públicas civis, de interesse de organizações ou empresas privadas de qualquer natureza.

§ 2º Os bombeiros-militares da ativa podem exercer, diretamente, a gestão de seus bens, desde que não infringam o disposto no presente artigo.

§ 3º No intuito de desenvolver a prática profissional dos oficiais titulados do Quadro de Saúde, é lhes permitido o exercício de atividade técnico-profissional, no meio civil, desde que tal prática não prejudique o serviço.

Art. 57. É proibido acumular remuneração de inatividade.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos bombeiros-militares da reserva remunerada e aos reformados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados. (Destaque nosso).

Art. 94. A transferência para a reserva remunerada ex officio, verificar-se-á sempre que o bombeiro-militar incidir nos seguintes casos:

(...)

VII - ser empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério;

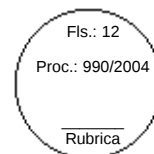
(...)

§ 2º A transferência para a reserva remunerada do bombeiro-militar enquadrado no item VII será efetivada no posto ou graduação que tinha na ativa, podendo acumular os proventos a que fizer jus na inatividade com remuneração do cargo para que foi nomeado.

Art. 108. O oficial da ativa empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira e cuja função não seja de magistério, será, imediatamente, mediante demissão ex officio por esse motivo, transferido para a reserva, onde ingressará com o posto que possuía na ativa e com as obrigações estabelecidas na Lei do Serviço Militar, não podendo acumular qualquer provento de inatividade com a remuneração do cargo público permanente. (Destaque nosso).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



Art. 113. O Aspirante-a-Oficial BM e as demais praças empossadas em cargo público permanente, estranho à sua carreira e cuja função não seja de magistério, serão imediatamente, mediante licenciamento ex officio por esse motivo, transferidos para a reserva com as obrigações estabelecidas na Lei do Serviço Militar. (Destaque nosso).

Lei nº 7.479/1986:

Art. 5º A carreira de bombeiro-militar é caracterizada pela atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades do Corpo de Bombeiros, denominada atividade bombeiro-militar.

Art. 30. Ao bombeiro-militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

§ 1º Os integrantes da reserva remunerada, quando convocados ou designados para o serviço ativo, ficam proibidos de tratar, nas Organizações de Bombeiros-Militares e nas repartições civis, de interesse de organizações ou empresas privadas de qualquer natureza.

§ 2º Os bombeiros-militares, em atividade, podem exercer diretamente a gestão de seus bens, desde que não infringam o disposto no presente artigo.

§ 3º No intuito de desenvolver a prática profissional, é permitido aos oficiais titulados no Quadro de Saúde o exercício de atividade técnico-profissional no meio civil, desde que tal prática não prejudique o serviço e não infrinja o disposto neste artigo.

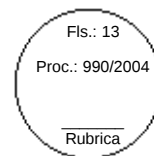
Art. 58. É proibido acumular remuneração de inatividade.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos bombeiros-militares da reserva remunerada e aos reformados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto à função de magistério ou de cargo em comissão, ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados. (Destaque nosso).

Art. 93. A transferência para a reserva remunerada, ex officio, verificar-se-á sempre que o bombeiro-militar incidir nos seguintes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



casos:

(...)

VIII - ser empossado em cargo público permanente estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério;

(...)

§ 4º A transferência do Bombeiro-Militar para a reserva remunerada, nas condições estabelecidas no item VIII, será efetivada no posto ou graduação que tinha na ativa, podendo acumular os proventos a que fizer jus na inatividade com a remuneração do cargo ou emprego civil para o qual foi nomeado ou admitido.

Art. 106. O oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente estranho à sua carreira, cuja função não seja de magistério, será demitido ex officio e transferido para a reserva, sem direito a qualquer remuneração ou indenização, sendo a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar. (Destaque nosso).

Art. 111. O aspirante-a-oficial BM e as demais praças que passarem a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira e cuja função não seja de magistério, serão imediatamente licenciados ex officio, sem remuneração e terão a sua situação definida pela Lei do Serviço Militar. (Destaque nosso).

17. Embora o atual Estatuto dos Bombeiros-Militares do Distrito Federal, diversamente do Estatuto dos Militares Federais², ainda não tenha sido alterado quantos aos dispositivos que prevêem a possibilidade de acumulação de proventos da inatividade militar com a remuneração do cargo público civil permanente, temos que tais dispositivos não foram recepcionados pela Constituição de 1988, estando vedado também aos militares a percepção simultânea de proventos da inatividade com a remuneração do cargo, ressalvando-se que as únicas hipóteses de acumulação autorizadas para os milicianos no atual ordenamento constitucional são

²Lei 6.680/1980 (com as alterações da Lei nº 9.297/1996)

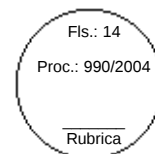
*Art. 117. O oficial da ativa que passar a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente demitido ex officio e **transferido para a reserva não remunerada**, onde ingressará com o posto que possuía na ativa e com as obrigações estabelecidas na legislação do serviço militar, obedecidos os preceitos do art. 116 no que se refere às indenizações.*

(...)

Art. 122. O Guarda-Marinha, O Aspirante-a-Oficial e as demais praças empossados em cargos ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, serão imediatamente, mediante licenciamento ex officio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



o exercício de dois cargos privativos da área de saúde, ou, no caso do inativo (reformado ou da reserva remunerada), a percepção dos proventos com a remuneração do cargo, **desde que o mesmo tenha reingressado no serviço público até a publicação da EC nº 20/1998**, conforme já comentado no parágrafo 13 desta instrução.

18. No que tange à reforma em exame, verifica-se que a transferência, *ex officio*, do militar para a reserva remunerada somente se deu em 1980, por iniciativa da Corporação (fls. 01/03 - apenso). Dessa forma, a contar da posse no Cargo de Professor da então Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), atual Secretaria de Educação: 27.03.1979 (fl. 09 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, dentre outras, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999), até a efetiva transferência do interessado para a reserva remunerada, ocorrida em 10.07.1980 (data de seu desligamento do serviço ativo do CBMDF: fl. 33 - apenso), houve acumulação indevida de vencimentos, não obstante, conforme já noticiamos, o *Decreto de 04 de julho de 1980* tenha indicado que a transferência do militar para a reserva foi a contar de 29.01.1980 (fl. 19 – apenso). Contudo, a nosso ver, a acumulação na atividade no referido período não macula a legalidade da presente concessão, estando a acumulação de proventos da inatividade amparada pelo permissivo contido no artigo 11 da EC 20/1998 (uma vez que o novo ingresso no serviço público foi anterior à publicação da citada Emenda Constitucional), consoante o entendimento desta egrégia Corte, sufragado na Decisão nº 728/2007.

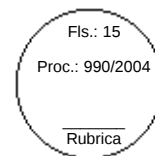
19. Com relação ao tempo prestado anteriormente à própria FEDF, no período de 13.06.1977 a 26.12.1977 (fls. 07, 09, 12, 14 e 49 do Processo GDF nº 082.008.345/1998, apenso ao Processo TCDF nº 504/1999), infere-se que foi por meio de Contrato de Trabalho Temporário, não se encaixando, portanto, nas disposições do inciso VII do artigo 94 da Lei nº 6.022/1974.

20. Feitas as considerações preliminares quanto a possibilidade de acumulação de proventos, passaremos ao exame dos demais elementos inerentes à presente concessão.

21. O ato concessório de fl. 47 – apenso deve ser retificado, com o propósito de: 1) consignar que a concessão é a contar de 29.08.2001, consoante as disposições do item II, letra “b”, da Decisão nº 215/2008; 2) inserir na fundamentação legal o *caput* do artigo 60 da Lei nº 7.479/1986; 3) excluir a menção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



aos dispositivos da Medida Provisória nº 2.218, de 05.09.2001, haja vista que a presente reforma teve início em data anterior à de publicação do citado diploma legal, ocorrido também em 05.09.2001.

22. O tempo de serviço prestado pelo militar, apurado até 10.07.1980 (data de seu desligamento do serviço ativo do CBMDF), foi de 5.075 dias, assim distribuídos: 4.399 dias prestados à Corporação; 311 dias ao então Ministério da Guerra (fls. 24/25 - apenso), e 365 dias de licença especial não gozada, contados em dobro, equivalentes a 13 anos e 11 meses, segundo o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 33 – apenso.

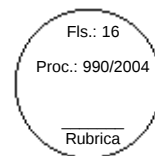
23. Quanto aos proventos da reforma, deve a Corporação elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 50 – apenso, calculando os proventos com base em 13/30 avos do soldo de Primeiro-Sargento BM, tendo em vista que o militar não faz jus ao arredondamento previsto pelos artigos 60, parágrafo único, e 127 da Lei nº 7.479/1986, posto que a causa de sua inativação, via transferência para a reserva remunerada (ser empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério), não consta dos motivos arrolados pelo artigo 127 da Lei nº 7.479/1986.

24. Relativamente ao documento de fls. 20/21 – apenso, onde o militar requereu à Corporação que a *Gratificação de Tempo de Serviço (GTS)* passasse a ser apurada considerando o seu tempo total de serviço prestado, que segundo consta na citada peça, seria de 19 anos, 02 meses e 23 dias (12 anos, 06 meses e 27 dias prestados ao CBMDF, e 05 anos, 07 meses e 26 dias averbados em seus assentamentos, conforme foi publicado no Boletim Geral de nº 166, de 1º.09.1989), infere-se que o CBMDF havia atendido o pedido do militar, concedendo-lhe, ainda, mais 04 (quatro) cotas de soldo, pois a Corporação, além de tornar sem efeito a averbação efetuada pelo BG nº 166, de 1º.09.1989, cancelou a concessão das 04 (quatro) cotas de soldo, segundo publicação efetuada no Boletim Geral de nº 078, de 28.04.1998 (fls. 29/30 – apenso). Além do mais, conforme foi comentado anteriormente, o tempo de serviço prestado à iniciativa privada (1.763 dias), por ter sido contado para fins da aposentadoria do servidor, não pode ser considerado para nenhum fim nos presentes autos.

25. Pelo exposto, sugere-se à Colenda Corte determinar o retorno dos autos ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, em diligência,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



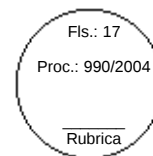
para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Corporação adote as seguintes providências:

- I) retificar o ato concessório de fl. 47 do Processo nº 053.325.167/1980, com a finalidade de:
 - a) consignar que a concessão é a contar de 29.08.2001, consoante as disposições do item II, letra “b”, da Decisão nº 215/2008;
 - b) inserir na fundamentação legal o *caput* do artigo 60 da Lei nº 7.479/1986;
 - c) excluir a menção aos dispositivos da Medida Provisória nº 2.218, de 05.09.2001, haja vista que a presente reforma teve início em data anterior à de publicação do citado diploma legal, ocorrido também em 05.09.2001;
- II) esclarecer ao jurisdicionado que a causa da inativação do militar, via transferência para a reserva remunerada (ser empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério), não consta dos motivos arrolados pelo artigo 127 da Lei nº 7.479/1986, razão pela qual o interessado não faz jus ao arredondamento previsto pelos artigos 60, parágrafo único, e 127 da Lei nº 7.479/1986;
- III) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 50 do Processo nº 053.325.167/1980, calculando os proventos com base em 13/30 avos do soldo de Primeiro-Sargento BM; e
- IV) tornar sem efeito os documentos substituídos.

À superior consideração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



Brasília, 28 de outubro de 2008.

Estêvão Eli Vieira dos Santos
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 674-2